

Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana

Edilson Luis de Oliveira
(Professor Assistente do Departamento de Geociências,
UEL – Londrina, PR)

Resumo

Este artigo discute o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos de economia urbana desenvolvida por Milton Santos. Para tanto adota como principal argumento a elaboração de uma perspectiva crítica acerca do conceito de setor informal e da sua trajetória histórica, a qual lhe atribuiu significados plurais. Ao mesmo tempo, discutem-se aqui as possibilidades dos conceitos de circuitos de economia urbana em relação às importantes transformações nas cidades brasileiras no contexto do atual período histórico.

Abstract

This paper aims at discussing the concept of informal sector and the theory of urban economy circuits developed by Milton Santos. Therefore it adopts as main argument a critical perspective about the concept of informal sector and its historical trajectory, which created a plural meaning to it. At the same time, this paper discusses the possibilities of the concepts of economic urban circuits in relation to the important transformations in the Brazilian cities in the context of present historical period.

Palavras-chave setor informal; circuitos da economia urbana; período atual.

Key words *informal sector; economic urban circuits; present historical period.*

edilson@uel.br

Introdução

Caracterizado pela globalização, o período atual revela profundas repercussões nas cidades brasileiras, algumas delas intimamente relacionadas às transformações no mundo do trabalho, mais especificamente na sua divisão social e territorial, e à intensificação dos consumos.

Na perspectiva teórica que estamos adotando, as transformações na divisão do trabalho são movidas tanto por processos objetivos e estruturais, ligados à acumulação capitalista, quanto pelas possibilidades de ação criadas pelas pessoas que vivem de seu trabalho em um determinado lugar.

A análise das transformações na divisão social e territorial do trabalho deve ser contextualizada e balizada face a novas e antigas variáveis e a processos que caracterizam o período atual. Compreende-se o período atual como um instrumento de análise resultante de uma periodização demarcada pela duração de processos que se integram, aproximando-se da idéia de evento (SANTOS, 2004). Os processos que caracterizam o período atual são a expansão do meio técnico-científico informacional (*Ibidem*), a reestruturação socioespacial e as transformações na divisão social e territorial do trabalho.

Além dos processos e a partir deles, é possível identificar também algumas variáveis que caracterizam o período atual, as quais, entre outras, são as seguintes: a técnica, em especial a tendência de fracionamento dos objetos técnicos; a diversificação e a intensificação dos consumos; a expansão da publicidade; o entrelaçamento das redes em termos organizacionais e técnicos; as novas formas de subsunção do trabalho ao capital; as formas de cooperação/competição entre empresas; e as relações entre mercado e Estado¹ que intensificam conflitos, disputas e usos do meio urbano.

A reestruturação socioespacial deve ser entendida na perspectiva do movimento, das rupturas das coerências estabelecidas e da constituição de novas configurações.² Em termos concretos, a expansão do meio técnico-científico informacional e a reestruturação socioespacial são processos que se entrelaçam e manifestam-se em transformações recentes, dentre as quais se destacam: a unicidade das técnicas (SANTOS, 2000), traduzida na difusão das chamadas condições gerais de produção (MARX, 1985) no território; a localização de empresas industriais, com a possibilidade de que produção e gestão estejam territorialmente separadas; a expansão e a interpenetração de diversos tipos de redes, como, por exemplo, as redes técnicas e de infra-estrutura e as redes de empresas; o papel da informação e a intensificação dos consumos; e a intensificação e a diversificação dos fluxos, a partir tanto de atividades hegemônicas como de uma divisão de trabalho construída “pelos que estão embaixo” (SANTOS, 2004, p. 324).

São muito importantes também as transformações no âmbito das relações de produção, especialmente as que atingem as relações de emprego e afetam fortemente o processo de reprodução da força de trabalho e a dinâmica interna e cotidiana das cidades, ligando-se a, por exemplo, questões como o uso de espaços públicos por atividades ditas “informais”.

A presença constante e indistinta, tanto na mídia como na literatura acadêmica, de termos como “setor informal”, “economia informal” e “informalidade” tem consolidado seu uso, de modo a torná-los quase obrigatórios quando se faz referência a determinados aspectos das atividades e formas de trabalho urbanas que se multiplicaram no período atual face às transformações nos padrões de uso e remuneração da força de trabalho (POCHMANN, 1999). No entanto, de um ponto de vista geográfico, é possível dizer que, em relação à compreensão da dinâmica urbana analisada na perspectiva da totalidade, o conceito de setor informal aproxima-se da condição de um *obstáculo epistemológico* (BACHELARD, 1977). Essa condição deriva, entre outros aspectos, da generalidade que

¹ Segundo Silveira (2005, p. 192), “[...] as bases normativas da moderna divisão do trabalho renovam as relações entre Estado e mercado, aproximando o pêndulo mais de uma cooperação e menos de uma disputa. Desenham-se pontos e áreas propícios à ação de uma firma global que, agindo de forma independente ou amiúde em parceria com oligopólios nacionais, metamorfoseia os imperativos da sua microeconomia em políticas macroeconômicas da nação [...]”.

² “A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ‘freada’, se não de uma ruptura, nas tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e a uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstrução, provenientes de algumas deficiências e perturbações nos sistemas de pensamento e de ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos e convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. [...] A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material” (SOJA, 1993, p. 193-194).

permeia o conceito, da heterogeneidade das atividades que ele pretende abranger, da ausência de uma perspectiva espacial na abordagem que ele preconiza e, sobretudo, de uma ausência de perspectiva acerca das relações que são tecidas entre esse setor e as demais atividades.

Segundo Chesnais (1996), ocorreu a partir dos anos 1980 uma profunda mudança na correlação de forças, desfavorecendo sobremaneira os trabalhadores, particularmente com a reestruturação produtiva aliada à crescente dinâmica financeira instalada no capitalismo contemporâneo. No Brasil, ao longo dos últimos 30 anos houve uma significativa redução na dinâmica de criação de postos de trabalho assalariados e formais. Ao longo dos anos 1990, pela primeira vez desde a década de 30, essa redução chegou a ponto de o país conhecer um processo de “desassalariamento” de sua força de trabalho, com a efetiva eliminação de empregos com registro em carteira (POCHMANN, 1999). Paralelamente a essa crise do trabalho formal, especialmente na indústria de transformação, cresceram de forma constante o número de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho e também o desemprego.

No Brasil essas transformações incidiram na dinâmica do processo de urbanização, com um significativo aumento do número de pobres nas metrópoles (SANTOS, 1996) e também nas cidades médias (ANDRADE; SERRA; SANTOS, 2001); no redirecionamento das migrações (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001), que passaram a se fazer muito mais na escala regional; e no crescimento mais acentuado das cidades médias. As oportunidades de trabalho formal na economia urbana passaram por um duplo processo de redefinição: uma nova distribuição espacial dos empregos devido a mudanças nos padrões da divisão territorial do trabalho, movidas, entre outros fatores, pela desconcentração industrial, e a um aumento das exigências quanto à qualificação dos candidatos. Em termos setoriais houve um considerável aumento das ocupações no terciário, incluindo tanto funções de nível técnico e superior como outras com graus bem menores de exigência quanto à qualificação.

De um modo geral pode-se dizer que, no período atual, além das mudanças indicadas em relação à questão do emprego, houve uma considerável expansão do consumo. Esse dado, também ligado à globalização, reflete a maior circulação de mercadorias, algumas delas produzidas com uso intensivo de trabalho mal remunerado, as quais passaram a ter presença constante nas cidades brasileiras a partir das transformações nas cadeias produtivas de grandes transnacionais organizadas em rede, da redução de barreiras alfandegárias e da crescente participação chinesa no mercado mundial. Também o consumo de serviços dos mais variados tipos cresceu no país a uma taxa realmente espantosa. Incluem-se nesse caso a educação, o lazer, o turismo e os serviços pessoais e a empresas (KON, 2004). Tudo isso amplia e intensifica a urbanização e cria autorizações para que uma gama variada de atividades se desenvolva no contexto urbano das diferentes cidades brasileiras, ensejando uma multiplicidade de relações entre os diversos segmentos da economia urbana, na qual, se, por um lado, são reduzidas as oportunidades de emprego, por outro, aumentam e diversificam-se as formas de trabalho. Essa dinâmica move transformações importantes na divisão social e territorial do trabalho.

Esse conjunto de manifestações indica a coexistência de temporalidades, ligadas à convivência tensa entre o novo e o velho, e de temporalizações práticas ligadas a projetos de diferentes sujeitos em relação ao meio urbano. Tais situações ensejam tanto coerências como conflitos e especificam os termos da relação entre meio urbano e divisão do trabalho. Aqui há de considerar os diversos tempos que no meio urbano coexistem. Uma forma de conceber essa coexistência é observar que um estudo da divisão do trabalho

[...] sob o enfoque do tempo comporta, pelo menos, duas entradas, duas acepções. Uma delas analisaria as divisões do trabalho sucessivas ao longo do tempo histórico, uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e conseqüências, os períodos assim estabelecidos e sua duração, os lugares de sua incidência. A outra levaria a reconhecer as divisões do trabalho sobrepostas num mesmo momento histórico. Este último enfoque é mais propriamente geográfico, obrigando ao casamento objetivo de noções freqüentemente tão vagas como as de tempo e de espaço.

Cada lugar, cada subespaço assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. [...] É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença de restos das divisões de trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas. Em outra situação, consideremos, apenas para fins analíticos, que, dentro do todo, em cada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico.

É neste último sentido que podemos dizer que cada divisão do trabalho cria um tempo seu próprio, diferente do tempo anterior. Isso, também, é muito geral, pois esse “tempo” acaba por ser abstrato, apenas ganhando concretude com sua interpretação, na vida ativa, pelos diversos agentes sociais. É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as temporalidades (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, “temporalizações práticas” no dizer de J. P. Sartre) que são matriz das espacialidades vividas em cada lugar. (SANTOS, 2004, p. 135-136).

A diversidade de situações e de atores que, em cada lugar, decorre das transformações da divisão do trabalho inerentes ao processo de reestruturação socioespacial é geradora de situações tanto de conflito quanto de cooperação, mas não há por que tirar conclusões *a priori* a seu respeito. É preciso investigá-la.

Uma forma de fazê-lo é tomar parte importante das atividades e ocupações urbanas como integrantes do chamado *setor informal* e, a partir desse recorte, construir perspectivas de análise e intervenção; outra é considerar as relações entre as atividades e ocupações urbanas e o meio construído na perspectiva da formação de uma totalidade movida por ações e objetos, na qual se constituem os *circuitos da economia urbana*. Nesse caso, a teoria dos circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos e datada dos anos 1970 deve ser considerada à luz das variáveis do período atual, observando-se as contribuições posteriores do próprio autor.

As metamorfoses e a pluralidade do conceito de setor informal

O conceito de setor informal, tal como o estamos considerando no presente artigo, teve sua origem nos anos 1970, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Um marco da elaboração do conceito de setor informal foi o relatório sobre emprego e renda elaborado no Kenya, em 1972, o qual, segundo Cacciamali (1982, p. 12), serviu de base a outras pesquisas semelhantes realizadas na África e na América Latina.

Inicialmente o conceito de setor informal abarcava uma série de atividades urbanas caracterizadas a partir do estabelecimento produtivo. O limite da informalidade era dado pela maneira como a produção era organizada e pela posição relativa da atividade frente ao conjunto das atividades produtivas. Em geral e complementarmente essas atividades eram consideradas como de “baixa

produtividade e como atividades que se desenvolviam à margem da legislação e nas franjas do mercado” (THEODORO, 2000, p. 7). Essa perspectiva de análise, construída em uma instituição oficial, visava a criar condições de intervenção em relação ao problema do subemprego e ao da pobreza. Entendidos como anomalias do processo de desenvolvimento, esses problemas constituíam uma espécie de mau funcionamento local da teoria do desenvolvimento, na medida em que, no mesmo período, o processo de industrialização ensejava no Brasil e em outros países da América Latina elevados níveis de crescimento do produto interno bruto. Theodoro (2000, p. 7) enfatiza esse aspecto do conceito de setor informal ao dizer que este

[...] constitui um marco importante, muito menos pela sua capacidade explicativa vis-à-vis à realidade do Terceiro Mundo, mas principalmente por justificar e avaliar uma nova postura institucional face ao problema do subemprego. É a idéia de setor informal que vai servir de base para a ação institucional em termos de políticas de apoio. A abordagem em termos do setor informal é essencialmente uma perspectiva de intervenção institucional, abrindo um novo campo de ação do Estado. As particularidades da noção de setor informal começam na própria forma como se deu sua concepção. Segundo Lautier (1994), trata-se de um caso único: um conceito forjado no interior de uma instituição executiva e que a seguir invade os meios acadêmicos. Isso explicaria em parte sua fragilidade teórica, expressa notadamente na dificuldade em se encontrar uma definição universalmente aceita da qual falava Tokman.

O mesmo autor acrescenta ainda que, apesar de ser um conceito teoricamente frágil, o setor informal se mostrou ideologicamente forte, na medida em que, ao se difundir, permitiu a reunião e a aplicação de recursos consideráveis, a montagem de redes de pesquisadores e instituições de pesquisa etc. (THEODORO, 2000, p. 9).

Face à perspectiva de tornar-se a base de um novo campo de atuação do Estado, o conceito de setor informal, tal como expresso no relatório sobre o Kenya, passou a ser interpretado de maneira diferente. Cacciamali (1982, p. 17) explica que é preciso reconhecer algumas nuances em relação ao conceito, produzidas pelo deslocamento do critério de forma de organização da produção e pela centralidade dada aos critérios de renda e vínculo jurídico.

No âmbito da América Latina, o debate com as outras correntes de interpretação, a exemplo da teoria da marginalidade e da teoria da dependência, que se acercavam do mesmo fenômeno criou condições para que o conceito de setor informal ganhasse outras colorações, tornando-se bastante plural. Cacciamali (1982) sugere que, na América Latina, duas interpretações concorrentes acerca do setor informal se estabeleceram. A primeira, ligada ao Programa de Renda e Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, considerava que o setor informal abarcava todas as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes, com exceção feita aos profissionais liberais, e as empresas muito pequenas ou não organizadas.

A novidade ficava por conta da explicação da origem do setor informal, ligada ao padrão capitalista de desenvolvimento na região, fortemente atrelado ao processo de substituição de importações e que gerava poucos empregos. Isso, aliado ao forte crescimento demográfico, criava um elevado excedente de mão-de-obra que se auto-empregava para sobreviver. Permanecia nesse caso uma forte associação entre pobreza-migração-setor informal (CACCIAMALI, 1982, p. 19-20).

O formalismo dessas concepções era em parte contrabalançado pelo fato de alguns expoentes dessa abordagem, como Paulo Renato Souza (1980) e Vitor Tokman (1978), defenderem que o setor

formal e o informal participavam de um mesmo mercado, enfatizando que o último se colocaria numa posição hierarquicamente inferior em função da heterogeneidade estrutural da economia capitalista. Embora destacando-lhes as múltiplas ligações, esses autores não deixam dúvidas acerca da separação entre os dois setores e sobre o caráter provisório de muitas atividades do setor informal (atividades marginais). Chegam assim a proposições de que apenas as atividades funcionais que compõem o setor informal deveriam receber algum apoio do Estado, uma vez que elas seriam capazes de alguma expansão a curto e a médio prazos.

O contraponto dessas reflexões elaboradas ao longo dos anos 1970 era evidentemente a expansão das relações de produção tipicamente capitalistas, processo tido como inexorável na forma como se apresentava então. O assalariamento aparecia como possível substituto das atividades por conta própria. Nada mais enganoso.

A segunda abordagem apontada por Cacciamali (1982) refere-se a autores do campo marxista. Essa abordagem, denominada pela autora como “subordinada”, coloca em pauta a perspectiva da totalidade, na qual qualquer visão dual da realidade deve ser substituída por uma compreensão em que as diferentes manifestações das relações de produção não sejam isoladas. Sendo assim, a questão da subordinação aparece como forma de explicar o setor informal, colocando mais peso na explicação das interdependências entre ele e o setor formal. A caracterização do setor informal passa então a se fazer a partir da ausência da relação assalariada e da não separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores. Nessa conceituação o setor informal passa a ser composto por trabalhadores por conta própria, unidades de produção com base familiar, ajudantes e empregados ocasionais que trabalham para esses grupos. A subordinação do setor informal ao formal dar-se-ia principalmente pelo acesso restrito do primeiro a matérias-primas, tecnologia, créditos etc.

Essa abordagem trouxe novamente certa centralidade à produção como critério de definição do setor informal. Nesse contexto a existência do setor informal também é tida como precária, pois estaria continuamente submetida à expansão capitalista em suas variadas escalas. O setor informal seria criado, destruído e recriado ao sabor das variações conjunturais dessa expansão.

Os modelos teóricos que sustentam as diferentes abordagens acerca do conceito de setor informal guardam certa semelhança em relação àquilo que desconsideram. Nas duas abordagens identificadas por Cacciamali (1982), a importância da heterogeneidade das atividades classificadas como integrantes do setor informal, a diversidade de relações que elas mantêm entre si e com as atividades tidas como formais e a sua enorme variação em relação aos contextos nacionais e regionais não são consideradas, nem mesmo de forma secundária.

Em alguns casos, as abordagens descritas buscam compreender as atividades extremamente heterogêneas do setor informal a partir de uma perspectiva da totalidade; no entanto, esbarram na necessidade de estabelecer classificações genéricas e abrangentes e abusam de procedimentos de abstração que eliminam a consideração da particularidade, do movimento e da história em nome de uma razão técnica e de comparações internacionais. Dessa forma a pasteurização do conceito encaixa-se nas exigências das agências internacionais e atende os requisitos de uma racionalidade voltada à intervenção e ao planejamento. Essa racionalidade busca na generalidade dos conceitos suas bases de sustentação, ainda que concretamente seja bloqueada pela diferença substantiva de significação das formas de interdependência entre os recortes artificiais do formal e do informal no espaço e no tempo.

Outro complicador é a associação entre pobreza e setor informal, tão cara às propostas de políticas estatais de intervenção no mercado de trabalho. O trabalho de Cacciamali (1982) faz críticas veementes a essa associação e procura dar um fundamento mais elaborado ao conceito de setor informal urbano. Estudando a cidade de São Paulo, a autora apresenta argumentos empíricos para demonstrar que as atividades do setor informal podem ser dinâmicas e atendem um público variado, que não se compõe apenas da fração mais pobre da população. Da mesma forma, as atividades que compõem o setor informal não são conduzidas necessariamente por migrantes recém chegados às grandes cidades, como faziam crer certas versões do conceito de setor informal. As barreiras à entrada e os conhecimentos exigidos para o sucesso dessas atividades indicam que são necessários requisitos que os migrantes e os jovens não poderiam atender.

Por outro lado, no mercado formal de trabalho há inúmeras funções que remuneram de forma muito precária aqueles que as desempenham. Trabalhadores da construção civil, dos serviços de limpeza e ajudantes gerais nas indústrias, por exemplo, sempre foram muito mal remunerados, e, por isso, parte do contingente de pobres presente nos grandes centros urbanos está associada também ao setor formal e não apenas ao setor informal. Com essas contribuições a autora oferece elementos que permitem discutir a separação e a classificação das atividades como parte de setores bem definidos, com destaque para a associação imediata que se faz entre migrantes, pobreza, ilegalidade e setor informal.

Face à dinâmica recente que as transformações no padrão de uso e remuneração da força de trabalho (POCHMANN, 1999) instauraram nos países latino-americanos, em especial no Brasil, o tema do setor informal voltou à cena com muita força tanto na mídia como nos debates acadêmicos.

Em seu interessante estudo sobre as relações entre o Estado e o setor informal no Brasil, Theodoro (2000, p. 12) aponta que nos anos 1980 o setor informal deixou de ser visto como algo transitório e passou a ser entendido como uma resposta permanente da força de trabalho em relação a sua sobrevivência. Em resumo, nos anos 1980 o debate sobre a intervenção estatal na questão do setor informal passava paulatinamente do status de “*questão técnica*” para o de “*questão social*”. Segundo Theodoro (2000, p. 14-15), nos anos 1990 o setor informal viria a ser analisado sob a perspectiva neoliberal ou, como ele diz, de forma subsidiária. Nesse contexto, as políticas sociais “*focadas*” que foram colocadas em prática passaram a destinar, de forma seletiva e numa perspectiva individualista, recursos na forma de microcrédito como forma de apoiar empresários do setor informal.

Alguns autores têm preferido falar em informalidade como um conceito diferente do de setor informal, na medida em que ela seria capaz de abarcar outras especificidades do contexto latino-americano (LAUTIER, 1994). Dessa forma, o conceito de informalidade seria mais abrangente que o de setor informal (MALAGUTI, 2000).

Em texto mais recente, Cacciamali (2000, p. 163) enfatiza o que ela denomina “*processo da informalidade*”, no qual o termo “*informal*” se refere a um “*processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições [...]*”. Dessa maneira a autora procura uma forma de diferenciar sua abordagem de enfoques reducionistas presentes em estudos que adotam conceitos *restritos* de informalidade e de setor informal, já que associados *apenas* ao mercado de trabalho e ao fenômeno do assalariamento ilegal, ou ao descumprimento das normas legais.³

3 Cacciamali (2000, p. 154) indica, de forma expressa, que a associação entre setor informal e assalariamento ilegal é equivocada e aponta o trabalho de T. Merrick (1976), *Employment and earnings in the informal sector in Brazil: the case of Belo Horizonte*, como um exemplo desse equívoco. Em trabalhos mais recentes a evidência dessa associação é mais sutil. Contudo o setor informal continua a ser tratado como uma decorrência das flutuações da oferta e da demanda de postos de trabalho e não como uma consequência e um dado estrutural do processo de acumulação capitalista. Pautados em modelos econométricos e em sofisticada parafernália estatística os autores afeitos a essa abordagem pretendem que o setor informal seja analisado na perspectiva da livre escolha por parte de trabalhadores e empresas que optam, ou não, por integrar o setor informal, mediante cálculos racionais de custos, possibilidades e capacidades de diversas naturezas. Em seu texto *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*, Gabriel Ulyseia (2006) oferece uma ampla lista de autores que, a partir de abordagens empíricas, constroem perspectivas de análise acerca do setor informal que contemplam os elementos apontados acima.

O uso do critério da legalidade de forma unilateral tende a tornar praticamente equivalentes o setor informal e as formas de assalariamento ilegais, por exemplo. Isso possibilita que a separação entre formal e informal seja mensurada pela posse ou não de carteira de trabalho assinada, pela existência ou não de contratos de terceirização ou de franquia, entre outros parâmetros. Contudo, tais dados, geralmente não analisados numa perspectiva histórica nem avaliados em seu conteúdo específico frente a uma dada conjuntura, tendem a escamotear as ilegalidades e a precarização das relações de emprego que crescem em instituições e empresas formais “acima de qualquer suspeita” (MALAGUTI, 2000).

O próprio mercado de trabalho é tomado, na perspectiva neoclássica, como um efeito das várias qualidades e quantidades implicadas nas questões de oferta e demanda de mão-de-obra. As análises assim constituídas baseiam-se em mensurações derivadas da construção de diversos tipos de índices e no uso da teoria dos jogos, enfatizando o poder de escolha e discriminação de empresas e indivíduos, com pouca ou nenhuma consideração acerca das coerções estruturais da economia capitalista. Em resumo, aspectos fundamentais como as implicações das relações entre formalidade e informalidade sobre as atividades do chamado setor informal ficam, na melhor das hipóteses, em segundo plano, não sendo assim possível perceber que existem relações de produção que se estruturam de modo a criar certa continuidade entre os chamados setores formal e informal⁴ e tampouco insistir na existência de uma bipolaridade entre formal e informal na economia urbana.

No capitalismo a diferenciação entre formalidade e informalidade é de natureza econômica, social e política e não apenas legal. A ilegalidade é mais consequência do que causa e, portanto, não define por si só a existência do chamado setor informal. Em resumo, pode-se dizer que há uma trajetória do conceito de setor informal que indica, ao menos para determinados usos do conceito, a necessidade de precauções se a intenção for a construção de análises acerca da economia urbana, das cidades e da urbanização que não se limitem às questões relativas ao vínculo de trabalho e à sua caracterização como legal ou ilegal, a essas novas dualidades que fragmentam a compreensão do urbano.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana

Segundo o próprio Milton Santos (1979, p. 17), o reconhecimento da existência dos dois circuitos da economia urbana e da sua interação dialética representa um novo paradigma de análise da urbanização em países do Terceiro Mundo. A teoria sobre os dois circuitos é também uma inserção crítica nos debates em torno das questões do desenvolvimento. Os argumentos propostos na teoria dos circuitos da economia urbana pretendem uma contraposição às interpretações que associam o subdesenvolvimento à idéia de atraso. A força dos argumentos dessa teoria está justamente em enfatizar que se trata de uma análise espacial do processo de modernização tecnológica, tomado como origem e explicação da existência e do funcionamento dos circuitos da economia urbana. Da mesma forma, critica as abordagens que, em decorrência de seus métodos matemáticos e estatísticos de análise, tratam a questão do desenvolvimento com grande abstração, minimizando ou até desconsiderando pontos cruciais, como o impacto das tecnologias que reduzem o número de trabalhadores nos setores mais dinâmicos da modernização.

Desses diálogos e embates ressalta uma posição fundamental na elaboração da teoria dos circuitos: *a especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos*. A identificação dessa especificidade deriva da compreensão do processo histórico como requisito fundamental de uma abordagem substantiva

⁴ Malaguti (2000, p. 101) apresenta diversos argumentos para demonstrar que essa oposição entre um setor formal e outro informal é no mínimo sujeita a muitos questionamentos. Dentre os argumentos do autor estão, por exemplo, estudos de caso que revelam a coexistência e a complementaridade entre formalidade e informalidade tanto em grandes empresas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), como no caso de funcionários públicos que vendem produtos alternativos em seus respectivos locais de trabalho.

da urbanização nos países subdesenvolvidos, opondo-se assim às diversas abordagens que o autor denomina “adjetivas” (SANTOS, 1979, p. 12). Para Milton Santos o recurso à História não é externo à formulação geográfica do problema do subdesenvolvimento ou, mais precisamente, da organização do espaço em países subdesenvolvidos mas sim, um elemento estruturante da realidade e do próprio discurso. A especificidade do ordenamento espacial dos países subdesenvolvidos é exposta e destacada já na primeira parte de seu livro (SANTOS, 1979, p. 15), e a esse respeito o autor arrola cinco argumentos: a existência de forma de combinação e fusão específica dos elementos do espaço geográfico; o ordenamento espacial que decorre, em grande parte, de interesses distantes, isto é, externos ao território; o modo seletivo como são acolhidas e difundidas as variáveis dos sucessivos processos de modernização que marcam os diferentes períodos históricos; a multipolarização do espaço, que representa uma espécie de corolário dos dois argumentos precedentes; as enormes diferenças de rendimento na sociedade, com suas implicações no nível regional, na coexistência e na hierarquização de atividades econômicas de expressão muito diversa e na rede urbana.

O entrelaçamento desses argumentos encaminha uma abordagem que evidencia a relação genética entre a existência articulada dos dois circuitos da economia urbana e o processo de modernização. Tal abordagem, que tem nos circuitos seus conceitos centrais, pretende abarcar a análise da urbanização do ponto de vista tanto das relações entre as cidades como de cada cidade compreendida em sua totalidade.

A proposta teórico-metodológica também implica considerar, de modo simultâneo, as diversas escalas em que acontecem os processos definidores da especificidade do ordenamento espacial dos países subdesenvolvidos, desde o nível mundial, a partir da difusão de variáveis modernas implícita no conceito de modernizações, até os níveis nacional, regional e local em que elas repercutem.

Nas três primeiras partes da obra *O espaço dividido*, as quais são objeto desta breve discussão, Milton Santos (1979) explicita a relação dos circuitos com o processo de modernização. Explicita, também, sua compreensão da relação tempo-espaço a partir do recurso à periodização e propõe uma terminologia específica, isto é, discute e discorre sobre a construção dos conceitos de circuito inferior e de circuito superior ou moderno, que se subdivide em circuito superior propriamente dito e circuito superior marginal.

Para situar as análises e as descrições que empreende, o autor insiste em três pontos fundamentais. O primeiro deles é que, nos países subdesenvolvidos, a cidade não é um bloco monolítico, mas deve ser entendida como um sistema resultante da articulação de dois subsistemas: o circuito superior e o inferior, cuja existência e cujo funcionamento estão diretamente relacionados com o modo particular de realização do consumo e da produção, comandados pela grande indústria.⁵ O segundo ponto, uma decorrência direta do primeiro, é a crítica frontal ao dualismo, concepção muito difundida nos anos 1960-1970 acerca da economia, da sociedade e da urbanização dos países subdesenvolvidos.

Parece-nos importante também evitar toda confusão entre a noção de dualismo tal como ela é definida por grande número de autores [...] e a dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos tal como nós a concebemos. (SANTOS, 1979, p. 40).

No estudo dos países subdesenvolvidos, essa abordagem baseada na noção de oposição entre o moderno e o tradicional no campo e, principalmente, na cidade era, sem dúvida, a mais correntemente adotada. Tal posição não se justifica no momento em que a difusão das inovações tornou-se

5 Embora o conceito de “grande indústria” possa gerar certa dificuldade, sua utilização no caso deste trabalho pode ser colocada na perspectiva do que Spósito (1999, p. 86) denominou industrialismo, ou seja, de todo o conjunto de relações pertinentes ao par industrialização/urbanização e à penetração dessas relações na trama do cotidiano.

geral e fácil, impedindo de se falar em conflito entre o moderno e o tradicional (SANTOS, 1979, p. 40-41). Milton Santos afirma que o principal problema da concepção dualista era sua forma parcial e fragmentada de abordar a realidade, privilegiando a abordagem econômica e, dentro dela, o aspecto da produção, considerado quase que de forma isolada. A idéia central das concepções dualistas, a de que entre atividades modernas e tradicionais haveria situações de conflito e de confronto, é explicitamente considerada pelo autor como ultrapassada e equivocada nas condições históricas dos anos 1970. De uma maneira taxativa, Santos (1979, p. 43) afirma: “Assim não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados”.

O terceiro ponto é a contemporaneidade do fenômeno dos dois circuitos em relação à modernização tecnológica, denominação que o autor confere ao período iniciado com o final da Segunda Grande Guerra. Esse período caracteriza-se pelo peso e pela importância crescentes da ciência e da tecnologia, cuja produção é comandada por gigantescas empresas multinacionais e pelo Estado, pela internacionalização mais profunda da economia e por uma característica que, para o autor, tem grande importância para a especificidade do ordenamento espacial dos países subdesenvolvidos: *a difusão em escala mundial da informação e do consumo*.⁶ Dessa forma, não é possível falar em circuitos da economia urbana para explicar a urbanização brasileira, por exemplo, no século XIX ou no início do XX, pois as relações próprias à disseminação do consumo e da informação, a integração do território nacional por meio de uma intensa circulação de pessoas, mercadorias e informações não se faziam presentes.

Na segunda parte da obra em questão, Milton Santos (1979) caracteriza o circuito moderno ou superior, identificando as atividades que o integram: a indústria e o comércio urbanos e modernos, o comércio de importação e exportação, a indústria de exportação, os bancos, os atacadistas e os transportadores. Identifica também os consumidores, ou o público, ligados a esse circuito. Como nos diz o próprio autor (SANTOS, 1979, p. 33), uma característica comum a todas essas atividades é que elas são “capital intensivas”, ou seja, têm na tecnologia, na organização burocrática e no acesso ao crédito bancário sua base comum. Destaca ainda dois outros aspectos do circuito superior: a forte presença de oligopólios, a exemplo de algumas empresas multinacionais, e o seu favorecimento por parte do Estado, particularmente na oferta de infra-estruturas, subsídios fiscais, reserva de mercados etc. Tais aspectos são definidores da relação entre as atividades dos dois circuitos e de cada um dos circuitos com o território.

Na terceira parte do livro o autor trata do circuito inferior, iniciando pela descrição das atividades que o compõem. Trata-se de atividades não-modernas, “intensivas em trabalho” e de pequeno porte, o que abrange um amplo leque: comércio varejista, artesãos, pequenas fabricações, serviços, especialmente o trabalho doméstico, transportes autônomos etc.

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não pára de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, freqüentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. (SANTOS, 1979, p. 155).

Nesse trecho o autor indica que a existência de uma economia moderna e de uma grande massa de pessoas com baixos rendimentos, concentrada nas cidades e constantemente ampliada pela chegada de novos migrantes, é condição para que o circuito inferior se instale. Dessa forma, se o circuito

⁶ Segundo Santos (1979, p. 28): “O período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização. Pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo – a primeira estando a serviço do segundo – cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço”.

superior é uma conseqüência direta da modernização tecnológica, o circuito inferior é uma conseqüência indireta dela (SANTOS, 1979, p. 29). A concentração de pessoas pobres nas grandes cidades será criadora de uma demanda que o circuito moderno, com sua lógica própria, não atenderá. Essa demanda será tanto por bens e serviços como por ocupação, se possível por empregos, por habitação e por transporte. A concentração da renda e a tecnologia poupadora de mão-de-obra empregada nas indústrias são, indiscutivelmente, fatores responsáveis pela existência do circuito inferior.⁷

Todas essas situações, que o autor identifica como bases da existência dos circuitos, não apenas permanecem como se intensificam face às características do período atual. Elas se difundem no território, acompanhando a maior complexidade da divisão social do trabalho e suas diversas manifestações territoriais.

A esses fundamentos soma-se o fato de que a modernização,

[...] que é acompanhada por uma mudança na estrutura do consumo, repercute diretamente na estrutura do circuito inferior. Facilita então o consumo de produtos modernos, produzindo-os ou comercializando-os, com técnicas menos modernas. O consumo crescente de produtos modernos por uma população pobre faz nascer uma série de novas atividades no circuito inferior. (SANTOS, 1979, p. 200).

De um modo geral, esse argumento repete-se para as diversas atividades do circuito inferior. O artesanato, a pequena produção manufatureira e os serviços multiplicam-se face às necessidades dessa população pobre de obter alguma ocupação remunerada, evitar o desemprego e adquirir bens e serviços de consumo inadiável, mesmo quando não dispõe de dinheiro líquido. A esses motivos pode-se acrescentar ainda a possibilidade não apenas de oferecer seus produtos e serviços aos consumidores típicos do circuito inferior mas de aproveitar a demanda gerada pela classe média. Conclui-se, portanto, que a modernização do consumo configura-se como uma força importante na definição e na articulação dos dois circuitos. Esse dado reforça ainda mais a constatação da possibilidade de uma releitura dessa teoria à luz das variáveis do período atual.

A releitura crítica da teoria dos circuitos à luz das variáveis do período atual em grandes cidades médias

Em parte, a presente releitura crítica da teoria dos circuitos pretende mostrar que essa teoria não é uma construção que tenha sido abandonada ou descartada pelo próprio autor. Não obstante, a constituição do chamado meio técnico-científico informacional implicou profundas reformulações na dinâmica do território nacional, particularmente em relação ao processo de urbanização. Dessa forma, o aumento da fluidez do território criou as bases para que novos usos se instalassem e se difundissem para além das grandes metrópoles, produzindo transformações importantes também nas cidades médias brasileiras. Silveira (2004, p. 3) afirma que

[...] la intensa urbanización, la reorganización del Estado y de la economía, la monetarización de la economía y de la sociedad que se va completando, los agregados de ciencia y técnica e [sic] información a la vida social y al territorio, y la diversificación y profundización de los consumos son datos nuevos del período, que alteran la naturaleza del espacio em que los circuitos de la economía urbana se desarrollan. Hoy, las metrópolis surgen como la sede de comandos vinculados a actividades modernas, pero al mismo tiempo como el principal escenario de actividades de aglomeración – menos capaces de movilidad espacial, o más capaces de florecimiento local – asociadas al circuito superior marginal y al circuito inferior de la economía urbana.

⁷ Segundo Milton Santos (1979, p. 162), as causas mencionadas no texto têm também a seguinte conseqüência: "Devido à má distribuição das rendas, é essencialmente por intermédio dos serviços que a massa da população participa da acumulação que se realiza na cidade".

El importante aumento de las ciudades millonarias y de las grandes ciudades medias (alrededor de medio millón de habitantes) permite la diversificación y la densificación de la división del trabajo. Cuanto mayores y más populosas las ciudades, mas capaces son de abrigar una extensa gama de actividades y de contener una lista mayor de profesiones (Santos y Silveira, 2001), autorizando una mayor complejidad de los circuitos de la economía urbana en el período actual.

No Brasil a construção de análises acerca de atividades econômicas urbanas na perspectiva da teoria dos circuitos revela certos aspectos para os quais esta, tal como foi formulada nos anos 1970, apresenta certas insuficiências, especialmente em relação às grandes cidades médias, também chamadas de cidades intermediárias⁸ (SANFELIU; TORNÉ, 2004). Essas insuficiências devem-se à atual dinâmica territorial de um modo geral e a uma mais complexa divisão social e territorial do trabalho nas grandes cidades médias.

Um exemplo claro do que estamos dizendo é a própria forma como, no contexto específico da teoria dos circuitos da economia urbana apresentada nos anos 1970, a inserção das cidades intermediárias na divisão territorial do trabalho é tratada. Àquela altura Milton Santos entendia que as cidades intermediárias teriam poucas possibilidades de vir a acolher grandes unidades produtivas industriais, multinacionais e até mesmo estabelecimentos comerciais modernos de grande porte,⁹ face à concorrência das metrópoles completas e incompletas no contexto da rede urbana de países subdesenvolvidos. Contudo, a dinâmica do processo de urbanização brasileiro nos últimos trinta anos produziu não apenas aglomerações urbanas metropolitanas mas também outras aglomerações cujo centro é constituído por grandes cidades médias: as chamadas aglomerações urbanas não-metropolitanas (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001).

Dentre o conjunto das cidades médias, tanto as que são centro de aglomerações urbanas como outras que apresentam certo dinamismo econômico e demográfico passaram também a ser alvo de investimentos estrangeiros e nacionais. Contrariando os prognósticos da teoria dos circuitos da economia urbana, esses investimentos traduziram-se em escritórios, representações, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, na constituição de redes técnicas etc., que em seu conjunto contribuíram para uma verdadeira redefinição dos papéis dessas cidades no contexto do território nacional em relação ao passado recente (anos 1970).

Mas, se contribuíram para revelar certas insuficiências da teoria dos circuitos, as transformações do período também evidenciaram a atualidade e a pertinência dos argumentos centrais dela. Para indicar com mais clareza as possíveis contribuições para o debate acerca do período atual que uma releitura crítica da teoria dos circuitos da economia urbana pode oferecer vale ressaltar que, no Brasil, tanto hoje como há trinta anos, *as cidades não são blocos monolíticos* (SANTOS, 1979). Dessa forma é possível elucidar aspectos importantes de sua dinâmica social e econômica a partir de uma perspectiva teórica que se debruce sobre a articulação entre as atividades hegemônicas, o chamado circuito superior, e as outras múltiplas e variadas formas de organização da produção, do consumo e do trabalho que compõem tanto o circuito inferior como o chamado circuito superior marginal. A importância dessa abordagem consiste em colocar no centro do debate atividades e formas de trabalho que estão diretamente implicadas no modo de vida da maioria das pessoas que moram nas cidades e, ao mesmo tempo, em definir uma escala¹⁰ para a análise.

⁸ A denominação "cidade intermediária", mais do que uma simples classificação a partir do porte da cidade definido pelo número absoluto de habitantes, sem qualquer outra consideração de natureza econômica e social, indica com mais pertinência que os critérios que estão sendo considerados são principalmente os relativos à inserção dessa cidade na divisão territorial do trabalho, a seu papel regional, a seus equipamentos de consumo coletivo etc.

⁹ Para uma visão mais completa da discussão comentada neste parágrafo, ver Santos (1979), especialmente seu capítulo IX.

As novas condições do período, marcado pelo processo de globalização/fragmentação, permitiram, por exemplo, que se desse uma relativa desconcentração da atividade industrial, que as migrações se tornassem mais difusas no território e que redes de diversos tipos redefinissem fluxos materiais e imateriais no contexto das redes urbanas e entre cidades e campo. Em consequência houve o desenvolvimento de novas especializações produtivas, o recrudescimento de antigas formas de exploração do trabalho ao lado de novas relações de produção e uma forte ampliação da divisão social e territorial do trabalho.

Nosso argumento é que essas novas modernizações, cuja presença se ampliou no território brasileiro, especialmente na “região concentrada” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 269), também fizeram com que se difundissem e ampliassem a existência dos dois circuitos e as articulações entre eles nas cidades médias brasileiras que estão distribuídas pelas redes urbanas da região concentrada.

Apenas a título de ilustração vamos relatar algumas situações encontradas em Londrina, uma grande cidade média do norte do Paraná que é centro de uma importante aglomeração urbana não-metropolitana (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2001).

Retomando os argumentos sobre o período atual apresentados no início deste texto e direcionando-os para o debate sobre as cidades médias ou intermediárias no Brasil contemporâneo, cabe ressaltar que houve uma forte ampliação da presença de empresas que poderíamos identificar como integrantes do circuito superior e que são também ligadas à expansão do consumo e das classes médias. Temos, por exemplo, a presença de escritórios de seguradoras, inclusive multinacionais, grandes escritórios de advocacia, financiadoras de crédito ao consumidor e a empresas, serviços de saúde diferenciados, materializados na forma de clínicas e laboratórios que realizam procedimentos complexos, reparações estéticas e exames que requerem aparelhos modernos e pessoal qualificado, serviços de educação especializados – universidades com cursos de graduação e pós-graduação, cursos de educação à distância etc. – e serviços públicos das esferas federal, estadual e municipal.

Ao longo dos anos 1990 e no início dos anos 2000, a presença e a expansão das atividades de serviços foram acompanhadas, em menor escala, pela implantação de estabelecimentos industriais de grande porte, resultantes de investimentos de empresas multinacionais nas áreas farmacêutica, química, mecânica e de embalagens.¹¹ Esses estabelecimentos industriais pertencem a ramos de alta composição orgânica de capital e são inequivocamente integrantes do circuito superior da economia urbana.

A modernização das atividades rurais é outra transformação importante e muito ligada à divisão social do trabalho nas cidades médias em todo o estado do Paraná. Em Londrina e seu entorno, o binômio soja/trigo gerou fortes alterações econômicas (novas atividades ligadas à pesquisa e ao consumo produtivo, estrutura fundiária etc.) e demográficas (migrações), exercendo um papel de destaque desde meados dos anos 1970, quando começou a substituir a cafeicultura como cultivo predominante.

A expansão dos consumos imbricada nas transformações da divisão social e territorial do trabalho que muito brevemente relatamos tem como contrapartidas uma forte expansão das classes médias, a formação de áreas de esvaziamento demográfico, particularmente no caso de pequenos municípios, e a concentração de pessoas pobres, inclusive migrantes, à procura de trabalho nas grandes cidades médias e na região metropolitana do estado. A velocidade dessas transformações, sobretudo a partir dos anos 1990, permite-nos argumentar em favor da afirmação de Maria Laura Silveira (2004) sobre a maior complexidade dos circuitos da economia urbana no período atual, especialmente com

¹⁰ O conceito de “escala” adotado aqui toma como base a inseparabilidade entre a noção de tempo e a de espaço, não se referindo a uma perspectiva meramente geométrica ou à definição pura e simples de uma localidade. Refere-se muito mais à coexistência de múltiplas temporalidades, ou seja, de formas de uso do tempo determinadas por formas de cooperação e competição entre os diversos atores, possibilitadas pela constelação de recursos presentes, tais como objetos geográficos, técnicas, formas espaciais e sociais herdadas, que particularizam e constituem a cidade e o urbano em uma dada porção do território.

¹¹ Trata-se das unidades produtivas das empresas Sandoz, em Cambé, e Milenia, Atlas-Schindler e Dixie-Toga, em Londrina.

a formação e a multiplicação, em cidades médias, de atividades do circuito inferior e do circuito superior marginal.

Encontramos algumas evidências empíricas dessa argumentação ao estudarmos a estruturação de atividades de transporte alternativo (moto-táxi) em Londrina. Essa atividade é relativamente recente na cidade, datando de meados dos anos 1990. Os moto-taxistas geralmente são classificados como integrantes do chamado setor informal, uma vez que, como trabalhadores por conta própria, não possuem vínculos formais de trabalho com nenhuma empresa e, na sua maioria, não contribuem para a previdência social. No entanto, esse critério de classificação não permite elucidar a gama de situações encontrada, a qual no mínimo coloca em cheque o caráter estanque da separação entre setores (atividades formais de um lado e informais de outro) que tal abordagem sugere. Por meio de uma pesquisa de campo¹² encontramos situações em que havia tanto assalariamento formal de moto-taxistas pelos proprietários de uma das centrais quanto a forma predominante, na qual os moto-taxistas se vinculam a uma dada central por meio do pagamento de uma diária.¹³ No que diz respeito às razões da entrada dos trabalhadores nessa atividade, as duas mais freqüentemente alegadas foram o desemprego e a possibilidade de auferir uma renda superior àquela que os empregos disponíveis para esses trabalhadores poderiam permitir.

A atividade é regulamentada por lei municipal que estipula as condições para o seu exercício, entre elas o pagamento de um seguro mensal contra acidentes, que cobre, parcialmente, os eventuais sinistros sofridos pelo moto-taxista e pelos passageiros. Porém, um dos aspectos mais interessantes da atividade, que cabe ressaltar para a discussão do presente artigo, é justamente o dos serviços que esse tipo de transporte presta a empresas dos mais variados tipos e tamanhos, simultaneamente ao atendimento dos passageiros. Enquanto as pessoas, na sua maioria, utilizam os serviços desse tipo de transporte como forma de agilizar seus deslocamentos cotidianos, sobretudo para evitar atrasos na chegada ao trabalho, sem com isso onerar em demasia seu orçamento,¹⁴ as empresas solicitam os moto-taxistas para realização das mais variadas tarefas.

Um exemplo clássico é o das oficinas de conserto de automóveis, caminhões e máquinas agrícolas de Londrina e também dos municípios vizinhos que solicitam às grandes distribuidoras e casas de autopeças de Londrina o envio de peças e documentos por meio de moto-taxistas. Não se trata de um caso de terceirização, uma vez que não há qualquer tipo de contrato entre as partes e que nenhuma atividade interna às oficinas ou às distribuidoras de peças é exteriorizada. O contato entre empresa e moto-taxista faz-se com base numa relação de confiança, como afirmaram diversos entrevistados. Muitos deles revelaram que, além dos passageiros, possuíam como clientes fixos empresas que regularmente solicitavam a eles viagens para outros municípios, serviços bancários, atividades em cartórios e mais uma extensa gama de afazeres. Vê-se então que não se trata de atividade que possa, de forma clara e inequívoca, ser classificada como parte do setor formal ou do informal, pois atende tanto as empresas devidamente formalizadas como o público de médio e o de baixo poder aquisitivo.

Essa breve descrição pretende estabelecer argumentos para indicar que, se o critério empregado na análise e na classificação da atividade dos moto-taxistas fosse apenas o da existência de determinado tipo de vínculo legal ou o cumprimento de determinada norma, enquanto dados passíveis de mensuração, não seria possível captar a complementaridade que existe entre o moto-táxi e as atividades perfeitamente formais, como escritórios de advocacia, consultórios dentários, comércio

¹² Os dados e as afirmações apresentadas nesta parte do artigo resultam de pesquisa de campo elaborada com base em amostra definida por critérios estatísticos, amostra essa por sua vez fundamentada nos dados do cadastro da CMTU, órgão da Prefeitura de Londrina que cuida da fiscalização e regularização da atividade conforme lei municipal. Ao todo, entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 2007, foram entrevistados, com auxílio de dois extensos questionários, 82 moto-taxistas e 32 centrais de moto-táxi espalhadas por todas as regiões da área urbana principal do município.

¹³ Como contrapartida da diária, o moto-taxista conta com a central para receber chamadas via telefone e/ou equipamento de rádio e como local de descanso nos intervalos entre uma corrida e outra.

¹⁴ Uma corrida bairro-centro em Londrina gira em torno de R\$4,00 a R\$5,00, conforme a distância, e tende a economizar de 30 a 40 minutos no tempo de deslocamento do usuário.

de autopeças, oficinas de reparo etc. Não seria possível, por exemplo, analisar como a complementaridade que se estabelece entre atividades *formais* e *informais* pode influir no funcionamento de uma dada cadeia produtiva que vai da fábrica de componentes e autopeças às oficinas de reparo, passando pelas grandes distribuidoras. Não seria possível discutir o eventual papel que essa complementaridade pode exercer sobre as formas de centralidade presentes nas relações entre uma cidade intermediária como Londrina e seu entorno regional e muito menos a importância do fato de que isso se realiza concomitantemente ao transporte intra-urbano de passageiros. Não seria possível verificar como essa atividade contribui para aumentar a exploração dos que vivem do trabalho com jornadas de 12 horas diárias durante 6 dias por semana.

Considerações finais

Conforme analisamos, o conceito de setor informal teve sua origem no âmbito de uma agência de planejamento, no contexto de formulação de propostas de intervenção referentes ao mercado de trabalho entendido de forma muito específica em relação à realidade urbana dos países subdesenvolvidos. Por sua vez, a teoria dos circuitos da economia urbana constituiu-se em meio ao debate acadêmico sobre a questão da especificidade da urbanização dos países subdesenvolvidos e de suas relações com o desenvolvimento capitalista.

Para não ampliar em demasia e de forma arriscada as pretensões dessas considerações finais, é preciso deixar claro que os argumentos a seguir se restringem ao uso do conceito de setor informal em sua equivalência e associação a formas ilegais de assalariamento e a descumprimento de normas legais, em comparação com os conceitos de circuitos da economia urbana.

O conceito restrito de setor informal encaixa-se em um racionalismo técnico e pouco interessado nas diferenças, promovendo uma abordagem fragmentada do real, centrada em uma visão neoclássica do mercado de trabalho, via de regra considerado como determinado apenas pelas flutuações da oferta e da demanda de trabalho. Por sua vez os conceitos de circuitos da economia urbana oferecem a possibilidade de trabalhar com as diversas relações existentes entre formalidade e informalidade, produção e consumo e, assim, captar diferenças que podem ser significativas para o entendimento do par cidade-urbanização no atual período histórico. Se por um lado o conceito restrito de setor informal sugere a compartimentação da economia urbana ao enfatizar o caráter de anomalia das atividades que esse setor abrange, a teoria dos circuitos aponta a existência de inter-relações fundamentais entre os dois circuitos e destaca as relações dialéticas entre eles, indicando sua relativa autonomia de existência mas não de funcionamento. Aponta ainda para diferenças fundamentais entre as lógicas internas e próprias a cada circuito: a acumulação de capital no circuito superior e a luta por existir e sobreviver na cidade no circuito inferior.

Em resumo, a força midiática e o uso irrefletido do conceito de setor informal têm permitido que esse conceito se revele como um verdadeiro *obstáculo epistemológico* (BACHELARD, 1977), na medida em que tende a obscurecer outras possibilidades de compreensão da dinâmica urbana no período atual.

Referências

- ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente; SANTOS, Paulo Diniz dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 251- 292.
- BACHELARD, Gaston. *Epistemologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo da informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.
- CACCIAMALI, Maria C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1982. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1).
- KON, Anita. *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- LAUTIER, Bruno. *L'économie informelle dans le Tiers Monde*. Paris: La Découverte, 1994.
- MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MERRICK, T. Employment and earnings in the informal sector in Brazil: the case of Belo Horizonte. *Journal of Developing Areas*, Nashville (USA), v. 10, n. 3, p. 337-353, 1976.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANFELIU, Carmen B.; TORNÉ, Josep Maria L. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. *Geo Crítica / Scripta Nova*: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. 8, n. 165, mayo 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-165.htm>>. Acesso em: 28 maio 2007.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, Maria Laura. Argentina: do desencantamento da modernidade à força dos lugares. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 177-207.
- SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, ano 21, n. 57, p. 1-21, set./dic. 2004.

- SOJA, Edward W.
Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Paulo R.
Empregos, salários e pobreza. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão.
A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odete Carvalho L. (Org). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.
- THEODORO, Mário. As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. *IPEA – Textos para Discussão*, Brasília, n. 762, p. 1-19, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2007.
- TOKMAN, Vitor.
An exploration into the nature of informal-formal sector relationships. *World Development*, [s.l.], v. 6, n. 9/10, p. 1065-1075, Sept./Oct. 1978.
- ULYSSEA, Gabriel.
Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, out./dez. 2006.